

VEM AI

A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO PAULISTA

Embora o governo negue, a privatização do sistema penitenciário paulista já começou. A SAP (Secretaria da Administração Penitenciária) anunciou que irá lançar o edital de Parceria Público-Privada (PPP) para a construção de três complexos penitenciários, que abrigarão 10,5 mil presos.

página 09

SINDCOP ganha ação que reconhece que licença e abono devem ser computados na aposentadoria

página 07

SINDCOP ESTÁ ELABORANDO PROJETO DE REESTRUTURAÇÃO DE CARREIRA DE ASPs

O secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes, pediu ao SINDCOP que faça um projeto alternativo de reestruturação de carreira para ASPs. A solicitação foi feita durante reunião com lideranças sindicais, ocorrida este mês na SAP (Secretaria da Administração Penitenciária). O SINDCOP já está elaborando o projeto que deverá ser entregue ainda este mês.

página 07

Alckmin coloca mordaca em Sindicatos

página 11

PI e PII de Bauru serão adequadas ao regime semi-aberto

página 03

OPINIÃO

Tem certeza que está tudo bem?

página 02

Liberdade Sindical

página 02

Bajulação e Gentileza: Quem é quem?

página 04

ASPs de Cuba

página 04

Lourival Gomes afirma: IPA não será desativado



Da esquerda para a direita: o secretário da Administração Penitenciária Lourival Gomes, o filiado Eliseu Carlota e o presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto, durante a inauguração do CPP de Jardinópolis, quando Gomes anunciou que não desativará o IPA.

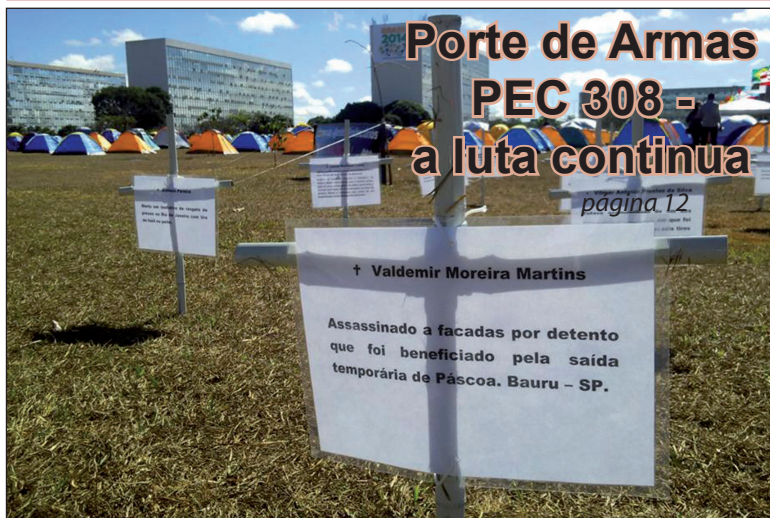
página 03

Superlotação em Serra Azul poderá gerar multa ao Estado

página 05

Reajuste de 7% é um toma lá dá cá
página 10

Indenização por morte e invalidez
página 06





Gilson Pimentel Barreto é bacharel em Direito, presidente do SINDCOP e da Febrasp (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários).

editorial

E quando o número de detentos no sistema penitenciário explode, o governo faz de conta que está cumprindo seu papel e o cidadão pensa que está seguro. A solução para a "insegurança" pública está longe de ser alcançada e tem se resumido a números, numa matemática perversa onde quem ganha menos paga mais, ou paga com a própria vida.

As unidades prisionais superlotadas e doentes estão longe de cumprir sua função de ressocialização e como toda a sociedade sabe, funcionam como verdadeiras escolas do crime. Nesse ambiente que, na maioria das vezes, ultrapassa todos os limites da sanidade estão servidores públicos (pais e mães de família), que prestaram concursos certos de que teriam um trabalho des-

cente e bem remunerado.

Ao contrário do que sonharam, ao entrar no sistema penitenciário deparam-se com um ambiente caótico e são tratados pelo governo como carrascos da Idade Média.

Para disfarçar a realidade, o governo inaugura novas unidades, remaneja servidores e investe em obras, porém esquece de investir no servidor. Contratação na mesma proporção das inaugurações de unidades, nem pensar.

Esse modelo arcaico do sistema penitenciário tem gerado inúmeras discussões, porém ninguém coloca o dedo na ferida. Ninguém aponta uma solução plausível.

Quando uma nova unidade é inaugurada o discurso é o mesmo. Primeiro um rio de números, depois um discurso pastoral de humanização de detentos e de servidores e nenhum projeto novo para mudar a realidade.

Liberdade sindical



Um dos princípios da democracia é a diversidade de ideias para que haja garantia de direitos e um reflexo justo da vida política, social e cultural das pessoas. Na democracia os cidadãos não têm apenas direitos, mas também o dever de participar do sistema político que protege os seus direitos e as suas liberdades. Entre eles, o Sindicato que irá representá-lo.

Nas lutas de classes, comandadas pelos Sindicatos, esse princípio garante o respeito as ideologias diferen-

tes e amplia a possibilidade de defesa dos direitos dos servidores. Também facilita o acesso a entidade que irá representá-lo, dentro de sua base territorial.

Essa liberdade de escolha e de diversidade de ideias têm sido defendidas pela diretoria do SINDCOP desde a sua fundação. A diretoria entende que as relações sindicais precisam ser coerentes com a democracia.

Por defender esses princípios a diretoria não concorda com a unificação de sindicatos que representem servidores penitenciários, porque defende que

Humanização?

Como humanizar um ambiente onde cinco pessoas são degoladas na frente de servidores? Como humanizar servidores que todos os dias se deparam com a violência extrema?

Mas isso não importa para o Estado. O governo não quer questionamentos; não quer conscientização, mobilização, paralisação. Quando a casa do governo ameaça cair ele dá um "passa-moleque" e silencia os descontentes.

Assim caminha o crescimento da população carcerária, numa discrepância incrível com o número de servidores. Trabalha-se mais, desvia-se a função, coloca a vida em risco em meio a doenças oriundas de um ambiente insalubre e por fim se aposenta (quando sobrevive, é claro), com uma miséria.

Enquanto as facções criminosas crescem e se organizam, elegem políticos, compram advogados, mandam e desmandam dentro das unidades, o servidor busca alívio nos consultórios psiquiátricos particulares, porque não tem um programa específico de saúde mental para acompanhá-lo e o lamspe não funciona.

O servidor parece conformado com esta situação. Ele sai do trabalho, faz um bico e com o extra até consegue pagar a escola particular do filho. Paralelamente, o governo gasta cerca de R\$ 50 milhões (até hoje ninguém questionou o valor real dessas obras) para construir um novo presidio

com equipamentos de última geração, tudo com dinheiro de impostos pagos pelos cidadãos. O sistema parece que virou um negócio lucrativo. Até estão pensando em privatizá-lo!

Quando se fala em mobilização, união de forças, luta

Pior, cresce desproporcional, aumenta o perigo para população e fragiliza o servidor. Este corre o risco de encarar, fora dos muros das unidades, um anônimo qualquer escolhido por uma facção criminosa para lhe tirar a vida.

Mas tudo bem! O governo aumentou o valor do seguro. Agora, a vida do servidor vale R\$ 200 mil! Ah! E neste mês tem ainda 7% de reajuste salarial. Parece que com tudo isso dá até para comemorar.

Para espantar os perigos da realidade, dá-lhe cerveja!

Como os reflexos do ambiente de trabalho deixam as coisas complicadas dentro de casa, o servidor aproveita o 7% de reajuste para aumentar as doses.

Só que no dia seguinte a bebedeira, bate a ressaca física e moral. O servidor até "acha" que alguma coisa está errada, mas se recusa a encará-la com medo da realidade. Num círculo vicioso ele repete o comportamento no dia seguinte. Um dia quando a depressão bate forte, a família foi embora e o fundo do poço é evidente, ele acorda numa fila de perícia médica, ou com um pedido de internação psiquiátrica. Algumas vezes ele dorme o sono eterno nesse pesadelo.

Esse é o único plano de carreira do servidor penitenciário do Estado de São Paulo. E, mesmo diante desse quadro caótico, muitos ainda acreditam que tudo vai bem!

Tem certeza que está tudo bem?

pelos direitos, reivindicação por melhores condições de trabalho e de salários e sindicato - alguns servidores torcem o nariz e questionam - mas para que tudo isso? Sindicato pra quê?

A resposta é simples - basta comparar o reajuste que o governo deu para policiais civis e delgados, que se mobilizaram contra o governo, com o que foi dado para os servidores penitenciários.

Anestesiados pelas propagandas enganosas do poder e pela falsa ideia de que é um privilegiado, servidores e cidadãos dormem tranquilos acreditando que nas unidades prisionais superlotadas seus algozes estão trancafiados, que a polícia é eficaz e que o governo está cumprindo sua parte na repressão do crime.

Ledo engano. Enquanto todos dormem na ignorância, a atividade criminal dentro das unidades está bem acordada.

a liberdade, com respeito a base territorial, reflete com precisão a realidade do servidor e da região na qual ele está inserido.

A diretoria entende que foi justamente por isso que o SINDCOP foi fundado - para representar os anseios dos servidores da Coordenadoria da Região Noroeste. Quando isso ocorreu já existiam outras entidades que não davam assistência adequada para os servidores desta região. O SINDCOP nasceu para preencher esta lacuna.

A realidade não mudou. A cada dia fica mais evidente a importância do SINDCOP para os servidores desta região. Haja vista a grande procura pelos serviços do Departamento Jurídico da entidade.

O SINDCOP nasceu com autonomia e pela vontade coletiva dos próprios servidores. A entidade se consolidou, aumentou seu patrimônio e tornou-se essencial na luta dos direitos dos servidores penitenciários. Não existe razão para retroceder. Ao contrário, a diretoria quer usar essa autonomia e liberdade para chegar cada vez mais próximo da base que representa.

Tudo isso é feito sem interferências de partidos políticos, sem a promoção pessoal

de diretores e até mesmo sem a defesa de ideologias.

Tudo isso para garantir a liberdade individual dos seus filiados.

Outro aspecto que faz com que a diretoria seja contra a unificação é consciência de que os Sindicatos são os próprios servidores. Ou seja, quem faz a entidade e a fortalece é o servidor que ela representa e não as diretorias e as entidades. Não adianta unificar os sindicatos se a categoria não se unir para participar da luta.

Quem faz o sindicato forte é o servidor. Por esses motivos o SINDCOP não vai se unir a qualquer outra entidade sindical ou defender bandeiras de unificação de entidades.

O Sindicato pode até participar com outras entidades de reivindicações que sejam de interesse da categoria para fortalecer a luta, como tem sido feito nas mobilizações da segurança pública ou da pauta unificada da campanha salarial. Porém, não irá negociar a autonomia do SINDCOP.

Para a diretoria o mais importante é a prestação de serviços e a luta pelos direitos dos filiados. É por isso, que ela não abre mão dessa liberdade e não concorda com um sindicato único.

Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Penitenciário Paulista

Presidente: Gilson Pimentel Barreto

Sede Bauru
Rua Manoel Bento da Cruz, 13 - 45 - Centro
CEP 17.015.172
Fone: 3226-3255
www.sindcop.org.br
www.sindcop.blogspot.com

**EX-
P
E
D
I
E
N
T
E**

Subsede de Pirajuí
Rua Campos Salles, n° 661-A - Centro
EP 16.600-000
Fone: (14) 3584-4272

Subsede de Serrana
Rua Antonio Terçariol, n° 607 Centro
CEP 14.150-000
Fone: (16) 3987-2891

Artigos e cartas são de responsabilidade de seus autores e as matérias de responsabilidade do Sindcop.

Jornalista Responsável:
Inês Ferreira - MTB 026623

Impressão: Fullgraphics
Rua Xingú, 4-44, Bauru - São Paulo

região noroeste

Lourival Gomes diz que não vai desativar o IPA

O secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes negou que o Estado pretende desativar o IPA (Instituto Penal Agrícola) para transformar o local em escola militar. "Minha função é construir prisão e não desativar. Bauru tem 240 alqueires, dá pra construir muitas escolas. Não tenho nenhum pedido nesse sentido", afirmou o secretário.

A informação de que o IPA seria desativado para dar lugar a uma escola de formação militar foi publicada no Jornal da Cidade, no último dia 28 de julho. Segundo o jornal, a informação foi apurada a partir de conversas de bastidores entre "lideranças políticas e forças vivas da cidade".

Ainda segundo a matéria, as atuais instalações do IPA serviriam para atender os candidatos aprovados em concurso público oriundos do Interior do Estado, o que estaria coerente com uma das principais vocações de Bauru que é a prestação de serviço em educação. O prédio voltaria à sua antiga finalidade - uma escola. O IPA já foi uma escola agrícola.

No entanto, a notícia foi desmentida pelo secretário. A assessoria de imprensa do SINDCOP apurou que as falsas informações podem estar vinculadas a supostas explorações imobiliárias de áreas próximas ao IPA. A presença de uma unidade prisional próxima



Secretário da Administração Penitenciária Lourival Gomes, o presidente do SINDCOP Gilson Pimentel Barreto e o coordenador das Unidades Prisionais da Região Noroeste Carlos Alberto Faria de Souza.

a essas áreas desvaloriza os imóveis.

Durante encontro com o secretário, o presidente do SINDCOP e da Febrasp (Federação Brasileira do Sistema Penitenciário), Gilson Pimentel Barreto sugeriu que em vez de desativar a unidade, o Estado poderia aproveitar parte da área para construção de um Hospital Penitenciário para

atender detentos.

Mobilização

Trabalham no IPA cerca de 250 servidores. A tomar conhecimento da notícia os servidores afirmaram que não queriam ser transferidos para outras cidades. Segundo eles, isso traria prejuízos psicológicos, familiares e econômicos. Imediatamente a diretoria do SINDCOP iniciou uma mobili-

zação para tentar impedir as transferências de servidores, caso a desativação fosse confirmada.

Servidores penitenciários do IPA chegaram a participar de uma sessão na Câmara de Vereadores de Bauru, para pressionar os vereadores para defender a permanência de agentes penitenciários em unidades de Bauru.

Morre ex-presidente do SINDCOP, Pedro Faria Lopes

Em setembro o SINDCOP perdeu o companheiro e ex-presidente da entidade Pedro Faria Lopes, 72 anos. A diretoria da entidade presta aqui uma homenagem a este servidor que foi um exemplo para toda a categoria. Reproduzimos aqui suas palavras contidas num editorial do jornal Novo Tempo, escrito em 2007.

"Uma classe desvalorizada pelo setor público e pelo público em geral por falta de informações das funções executadas pelos funcionários.

Para a maioria da população os servidores que trabalham no sistema apenas abrem ou fecham portas, mas na realidade a situação é completamente diferente, pois os mesmos executam tarefas como: enfermeiro, psicólogo, assistente social, motorista, escolta, reeducador, além de ser o elo entre o reeducando e o mundo lá fora. Sem contar que prestam também relevantes serviços jurídicos a todos os sentenciados.

É considerada a classe trabalhadora que corre o maior risco de vida do mundo, pois tem sobre sua responsabilidade uma média de 1.000 (um mil) detentos por unidade que, em certos horários, ficam soltos no raio e os agentes transitando entre eles tendo

como armas caneta e apito.

E sabem por que desconhecem todo nosso trabalho? Simplesmente porque não fazemos propaganda sobre isso, ao contrário de outras secretarias que, até fazendo o que não lhe cabe são elogiadas, são enaltecidos em todas essas ocasiões.

Nós somos lembrados pela mídia quando o pior acontece. Ai sim somos taxados de corruptos, vagabundos, coniventes o que é uma injustiça.

As pessoas que nos dão essa conotação nunca estiveram em uma unidade prisional e nem sonham quantas dificuldades nos temos para cumprir com o dever, pois somos completamente excluídos, tanto pela mídia como pelo governo.

Este se preocupa em dar frotas de veículos a outras secretarias, pois a repercussão é inteiramente favorável a seus propósitos políticos.



Caso os senhores queiram conferir dirijam-se as unidades prisionais de Bauru e irão constatar a precariedade que trabalhamos usando verdadeiras sucatas.

Confirmam e depois digam se isso é verdade ou não.

Triste é verificar que em uma recém-cartilha lançada (em estudos) existem somente deveres do funcionário, direitos estão explícitos e não são cumpridos pelo governo.

Para provar o que digo, recentemente fizemos uma paralisação da classe no estado de São Paulo, onde os funcionários agiram com consciência, não houve se quer um incidente, uma greve que não foi considerada ilegal.

No entanto foram descontados os dias parados e até hoje apesar de termos entrado na justiça, não houve reembolso.

Estamos também sofrendo

descontos de 5% de nossa remuneração (desconto adicional) a favor do Ipesp, mas até hoje não obtivemos resposta para onde estão sendo usados esses valores.

Aproveitar o horário político para dizer que é "bonzinho" é muito bonito para quem está por fora dos desmandos do governo.

Mas para nós, até que ele nos de uma notícia humanitária, até que chegue a conclusão de que 30% de nossa classe sofrem e necessitam de amparo daquele que é nosso patrão, até que não sejamos mais tratados como cães raivosos, pois somos humanos, temos família, queremos ter orgulho de pertencer a esta classe.

Somos dignos, honestos e conscientes de nossos deveres.

Quando ele demonstrar isso passaremos a acreditar no espírito humano e solidário que ele nos passa através da mídia".

Pedro Faria Lopes

SAP vai instalar bloqueadores de celulares nas unidades

O sistema penitenciário paulista vai receber bloqueadores de celulares até o final do ano. Segundo o secretário da Administração Penitenciária (SAP), Lourival Gomes, estão em teste dois modelos que irão interromper a comunicação dos aparelhos apenas no perímetro das unidades prisionais.

Somente nos seis primeiros meses deste ano, 6.354 mil aparelhos foram apreendidos dentro das penitenciárias. A partir de novembro, 23 presí-

dios vão receber dois tipos de bloqueadores.

"Para nós, celular é a pior arma. Pior que o revólver e a própria pistola. É através do celular que se consegue obter armas, contatos com quadrilhas de fora, com facções criminosas e estabelecer uma rede de crimes. Estamos buscando uma forma de bloqueio de celular que interrompa essas comunicações", disse o secretário.

Segundo ele, dois sistemas testados tiveram de ser adequados para não interferir

na comunicação fora da prisão. Um embaralha o sinal e impede que as ligações cheguem às torres. O outro funciona como uma falsa torre que recebe, não completa a ligação e ainda identifica os telefones que estão sendo usados.

"Nós sabemos que o custo desse aparelho é de cerca de R\$ 30 mil. Esperamos que as comunicações sejam interrompidas via celular. Nós não queremos que presos, dentro das prisões, possam estar aqui fora organizando crimes", disse Gomes.

PI e PII serão adequadas para o semi-aberto

O coordenador das Unidades Prisionais da Região Noroeste, Carlos Alberto Faria de Souza negou que o número de detentos em Bauru irá aumentar. "Não vamos aumentar o número de presos, vamos adaptar as Penitenciárias I e II para o regime semi-aberto", afirmou o coordenador.

De acordo com ele, as duas penitenciárias atendiam presos do regime fechado e passaram a receber presos do semi-aberto sem passar por nenhuma modificação na estrutura física.

"Faremos uma adequação para acomodar os presos que estão nessas unidades, somente isso", disse ele.

Entre as mudanças que deverão ocorrer, segundo Souza, está a construção de mais 600 camas em cada unidade. O valor estimado para a execução da obra é de R\$ 10.656.173,19 para cada uma das unidades. A abertura do processo de licitação para a reforma das unidades deveria ter sido feita até o final de setembro e as mudanças deverão ocorrer em 2014.

comportamento

Bajulação e Gentileza: Quem é quem?

Vânia Pereira de Souza - psicóloga do SINDCOP

Nos jogos políticos que acontecem todos os dias no trabalho, ninguém quer ser visto como puxa-saco, embora elogios e reconhecimentos sejam trocados a todo o tempo. O bajulador, pessoa que tece elogios interessados e desprovidos de sinceridade, é visto da pior maneira possível. A ciência, porém, mostra que, fantasiada de elogio, a bajulação funciona muito bem nas empresas e ajuda seus autores a progredir na carreira.

O estudioso La Fontaine já dizia que "todo o bajulador vive a custa de quem lhe dá ouvidos". A clássica piada "Bonita camisa, Fernandinho" arranca risos de toda a equipe quando o assunto é aquele camarada que está sempre paparicando alguém influente. A palavra bajulação está ligada a um termo um pouco mais chulo: bajulador é o famoso "puxa-saco", aquela figura que sempre é alvo de piadas de mau gosto.

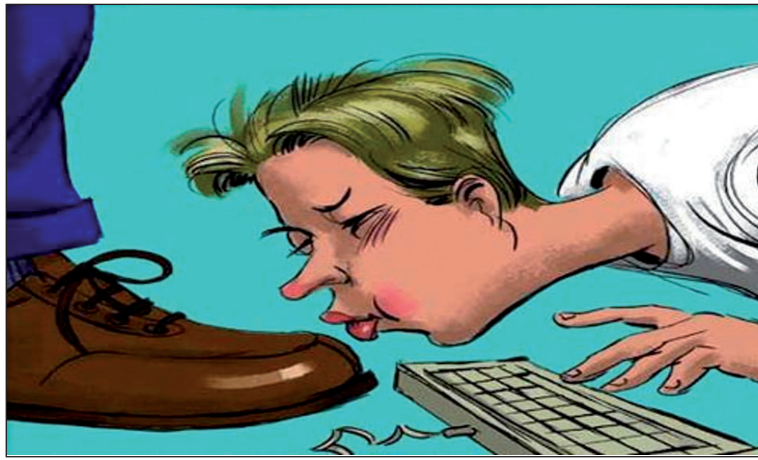
O "puxa-saco" tem uma vida muito árdua. Além de estar sempre alerta para fazer um paparico, ainda precisa se esquivar das piadinhas ardidas de seus companheiros. Se no trabalho, houve um pouco mais de bajulação explícita, e entusiasmo mais declarado do que o normal, não se surpreenda.

Se estivermos falando ex-

clusivamente dos relacionamentos no ambiente de trabalho, bajulação pode ser tudo aquilo que se faz para o outro com o objetivo de se obter alguma vantagem, e isso não é uma via de mão única, de baixo para cima, como muitos poderiam pensar. Por exemplo, um chefe pode bajular um subordinado para que este utilize o tempo pago pela empresa para executar tarefas particulares. Talvez uma forma de se medir o nível de bajulação possa ser detectar segundas intenções por trás de algum tipo de comportamento ou mensagem.

A perguntar não quer calar: seríamos todos imunes à bajulação? Acho que não. Quem não gosta de um paparico? Somos cerebralmente programados para aceitar um elogio não importando de onde venha. A questão é compreender como a bajulação corrompe o profissionalismo.

Quer isso seja chamado de puxar o saco, bajular o chefe ou administrar uma situação, especialistas dizem que os comportamentos bajuladores estarão em alta nos locais de trabalho na medida em que funcionários temem perder seus empregos neste tempos econômicos difíceis. O bajulador acaba muitas vezes sendo acusado de ser manipulador, circula facilmente pelas situações, pois parece ter "as costas quentes". Em princípio, considera-se o bajulador



como inimigo. "Será que fulano X pode fazer a cabeça da chefia? Então entra aí o papel do gestor que deverá saber detectar méritos e afastar paparicos.

O gestor empático entende, antes de qualquer coisa, que o bajulador é alguém necessitado de autoconhecimento e autocontrole. A empatia é uma das competências emocionais que auxilia a construção das relações.

A gentileza é uma ação natural. Surge quando podemos ajudar outra pessoa sem esperar nada em troca. A gentileza nasce quando a situação é tão instantânea que não é possível pensar em troca de favores. É uma ação que nos permite suprir as necessidades dos outros com um gesto ético.

Ser gentil não é ser bajulador. Uma pessoa gentil tem um semâncômetro bem ajustado, e

o que sua mão direita faz, a esquerda não fica sabendo. Devemos desenvolver a capacidade de perceber quando estamos sendo exagerados em gestos e gentileza. Promover um churrasco de aniversário para um superior que acabou de entrar na empresa pode "queimar o filme", antes mesmo de assar o churrasco.

A linha entre a bajulação e a gentileza é muito tênue. Os bajuladores que obtêm maior sucesso são aqueles que sabem fazer sua bajulação ser vista como gentileza ou até mesmo eficiência.

Por que nos deixamos ser paparicados? Como anda nosso autoconhecimento? Temos o livre arbítrio para aceitar ou não uma bajulação? Quando um não quer, dois não brigam. Quem aceita bajulação não pode reclamar das consequências.

Essa liberdade para escolher deve ser pautada pelas habilidades sociais. Não devemos esquecer a moral da fábula de La Fontaine. Estaríamos disponíveis a pagar os preços da ambiguidade gerada pela bajulação em nossa vida profissional?

Uma dica: o direcionamento deve ser sempre uma abordagem ética. Um modelo de feedback deve ser desenvolvido para que o "bajulador" em potencial perceba que pode "manchar" sua carreira. Por fim, a gentileza é um produto da empatia. É o resultado de uma ação proativa. Ela surge quando notamos que alguém precisa de ajuda. Gentileza é entrega, é humanização das relações.

Vestir a camisa da empresa, surpreender o superior com um projeto inovador, elogiá-lo quando recebe um prêmio significativo, não esquecer de datas importantes, como aniversário. Todas essas iniciativas são até consideradas saudáveis para se conquistar um bom relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho. Como é possível manter uma relação cordial e amigável com alguém influente, como o diretor da empresa, por exemplo, sem ser taxado pelos colegas de puxa-saco?

Fontes:
Portal Mario Persona
Portal HSM Online-Minoru Ueda
Jornal da Cidade

ASPs de CUBA?

Infelizmente cada dia que passa, forçosamente, os ASPs estão deixando de ser ASPs para assumirem funções dentro das penitenciárias que não são de ASPs. Os desvios de função são evidentes. ASPs são obrigados a trabalhar de oficial administrativo, motorista, fazer escolta externa, manutenção e cozinheiro, entre outros. Enquanto isso o governo deixa de contratar funcionários.

Em visita as unidades prisionais vemos plantões minguados de ASPs, pois a maioria está sendo obrigada a trabalhar em desvio de função prejudicando a segurança e a disciplina.

O que está ocorrendo é vergonhoso para a categoria. Estamos perdendo nossa identidade, chegando ao ponto de esconder nossa profissão. Além dos baixos vencimentos, péssimas condições de trabalho, o governo não garante as mínimas condições de segurança dentro e fora do ambiente de trabalho.

Uniformes

O uso de uniformes é outro problema. É comum o ASP se recusar a usar uniforme de trabalho no caminho de casa para trabalho e vice-versa. Pri-

vilegiados por diretores também se recusam a usar uniforme por se acharem superiores a quem trabalha na movimentação interna de presos.

O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, em seu Artigo 241, Inciso X, determina que o servidor deve apresentar-se convenientemente trajado em serviço ou com uniforme determinado, quando for o caso.

Por isso todo ASP é obrigado a usar o uniforme, não importando sexo, setor e cargo. O Diretor(a) Técnico de Departamento se for ASP é obrigado (a) a usar uniforme também e tem que dar o exemplo de orgulho de ser ASP. Será que o governo está desmoralizando a categoria porque pretende importar ASP de Cuba? Ou será que o governo acha os ASPs, que fazem um trabalho excelente, ganham muito e não fazem o serviço ideal?

Nós ASPs cuidamos de mais de 200 mil detentos. Fazemos um trabalho digno de elogio nos prontuários. Queremos mais respeito, melhores salários, melhores condições de trabalho, valorização da profissão e fim do desvio da função.

*Texto enviado por um servidor penitenciário de Bauru.

SINDCOP faz convênio com fonoaudióloga

Convênio firmado pelo SINDCOP com a fonoaudióloga Karina Lima Leite está permitindo, aos filiados do Sindicato, o acesso ao atendimento na área de Reeducação Postural e Reabilitação Motora Osteomuscular e Neurológica.

Filiados têm descontos de 50% nas consultas, pagando somente R\$ 30,00 por sessão.

O atendimento é feito na Rua Virgílio Malta 17-38, Centro, Bauru, SP.

Informações pelo telefone Fone: (014) 3018- 0451.

O fonoaudiólogo é o profissional que cuida de problemas relacionados a dificuldades da fala como: gagueira, trocas de letras e escrita, dificuldades de leitura, dificuldades de elaborar textos e dominar a escrita, aprendizado, aperfeiçoamento da voz e fala, problemas neurológicos que causam dificuldades na respiração, mastigação e deglutição de alimentos, uso prolongado de chupeta, mamadeira e hábito de chupar dedo.

O profissional também trabalha a estética facial, estimulando e tonificando a musculatura facial para prevenção e eliminação de rugas.

Na área de reabilitação o fonoaudiólogo trata labirintite, hiperatividade e déficit de atenção e, ou, síndromes associada e apneia.

VOCÊ NÃO PODE PERDER!

reserve sua mesa

Dia 19/10
A partir das 21h

1º Baile Solidário

em comemoração ao
Dia do Servidor Público Estadual



Animação:

Plínio & Cia

SORTEIO DE BRINDES



Participe dos eventos!
Nossa união é o que nos fortalece!



"O futuro pertence a aqueles que acreditam na beleza dos seus sonhos!"

Local: LUSO DE CAMPO
Rod. Marechal Rondon, Km 336
Ao lado do Alameda Quality Center

VALOR
R\$ 60,00 MESA 4 CADEIRAS
R\$ 30,00 INDIVIDUAL

Realização:
SINDCOP E ACAÊ

INFORMAÇÕES:
SINDCOP (14) 3226-3255 / ACAÊ (14) 99795-8887



superpopulação carcerária

Justiça poderá multar Estado por causa da superlotação em Serra Azul

Depois que as precariedades das penitenciárias de Serra Azul ganharam repercussão internacional, a Justiça determinou que a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) acabe com a superlotação nas unidades sob pena de pagar multa que pode chegar a R\$ 33 milhões. A decisão é do juiz Luiz Claudio Sartorelli.

Se a decisão não for acatada, o Estado pagará 1.000 UFESPs (R\$ 19.370,00) diariamente por preso que entrar na unidade com a capacidade excedida e o mesmo valor por preso mantido acima da capacidade. Também tem multa igual caso não haja contratação de funcionários. As duas penitenciárias abrigam 3.249 presos, 1.713 acima da capacidade, o que resultaria na multa de R\$ 33 milhões por dia.

A sentença foi dada numa ação que cobra a contratação de mais médicos nas penitenciárias, entre outros pedidos. A decisão é considerada pioneira porque a sentença condena o Estado a contratar servidores, proíbe a superlotação e ainda fixa data para redução do número de presos.

Segundo a Justiça a superlotação afronta a segurança pública, pois é condição propi-

cia à ocorrência de rebeliões.

Conforme o diretor do SINDCOP da subseção de Sorocaba, Carlos Neves, nas unidades de Serra Azul, que abriga presos de regime semi-aberto e fechado, a superlotação chega a quase 120% da capacidade das unidades.

"A estrutura é inadequada para estes sentenciados e faltam funcionários o que consequentemente prejudica a segurança e sobrecarrega os servidores", diz o diretor.

Segundo o diretor, para dar conta da demanda, servidores são obrigados a dobrar os turnos.

"As condições de trabalho são desumanas. As convocações estão ocorrendo em dias de visitas de detentos", afirma o sindicalista.

Descaso

Servidores já haviam feito inúmeras denúncias à SAP, mas nenhuma providência foi tomada. Foi preciso uma decisão da Justiça para acordar o governo.

No recurso apresentado pela Procuradoria do Estado, na decisão judicial, o governo justifica que a sentença pode ter um "notório potencial efeito multiplicador" e abrir precedente para outras localidades. Isso, segundo a Procuradoria colocaria



Cinco presos foram assassinados por facções criminosas na PI de Serra Azul, em 2012

por terra todo o planejamento do Estado correndo o risco de instalar-se a "completa desorganização na área de administração penitenciária".

Piada de mau gosto

Para o presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto, o temor do Estado, de que haja uma completa desorganização no sistema penitenciário paulista, parece piada diante dos problemas enfrentados em todas as unidades.

"Há muito o SINDCOP vem denunciado os reflexos da superlotação nas unidades prisionais do Estado. A situação de Serra Azul é apenas um dos vários exemplos que temos. Nessa unidade o problema é agravado devido o perfil dos presos que lá se encontram. As unidades recebem exclusivamente presos sexuais, que são punidos com morte por facções criminosas", diz o presidente.

Foi o que ocorreu em setembro de 2011, quando cin-

co presos morreram durante uma briga na penitenciária 2 de Serra Azul. Eles foram assassinados com requintes de crueldade. Três foram decapitados e outros dois tiveram os pescoços cortados. Os crimes foram cometidos por integrante de uma facção criminosa, como forma de pagamento de dívidas. Os presos usaram armas improvisadas para cometer os crimes. Após o assassinato, as cabeças foram jogadas pelo presídio.

Violência e superpopulação de penitenciárias de Serra Azul têm repercussão em Tribunal de Londres

A violência dentro das unidades prisionais de Serra Azul chamou a atenção da Justiça Britânica que pode não extraditar um brasileiro condenado por crime sexual, que seria transferido para Osasco.

Isto porque, na época dos crimes de Serra Azul a Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) regional de Ribeirão Preto, visitou a unidade e em seguida denunciou o caso para a Anistia Internacional, culpando o Estado por unir em um mesmo presídio homens condenados por outros crimes.

O relatório chegou ao conhecimento do Tribunal de Westminster responsável pela decisão de extraditar ou não o brasileiro. O juiz encarregou Fiona Macaulay, da Universidade de Bradford, de averiguar as informações sobre os presídios paulistas. Ela também foi encarregada, na década de 90, pelo Secretariado da Anistia Internacional, de investigar as condições do sistema carcerário no Brasil.

No relatório, a pesquisadora britânica avalia os presídios de Iaras e Sorocaba e outros que abrigam condena-



Tribunal de Westminster, em Londres, pediu investigação da situação carcerária no Brasil.

dos por crimes sexuais e aponta que o criminoso de Osasco enfrentaria locais superlotados no Brasil, com risco de ser contaminado por doenças como o HIV e tuberculose. No entanto, o que mais pesou no relatório foram as mortes dos cinco presos em Serra Azul e o descaso do governo.

Falência do sistema

Para o professor da USP Sérgio Kodato, do Observatório da Violência, o relatório sobre os presídios paulistas é uma admissão internacional

que não há garantia de segurança de presos sexuais nos presídios.

Segundo ele, o sistema penitenciário está falido em termos de superlotação e em função do fato de que o crime organizado tomou conta da dinâmica das prisões. Ele denunciou que muitos diretores de penitenciárias que eram rígidos e não aceitavam negociação foram ameaçados e outros foram executados.

O professor ainda afirma que as unidades vivem uma

co-gestão: metade para a administração pública estadual e metade para o crime organizado e que não cumprem o papel estabelecido pela Lei de Execuções Penais - que é o garantir ao cumpridor da pena a sua integridade física e mental, a ressocialização e reabilitação.

Paliativo

A resposta da SAP a respeito da superlotação nas unidades é sempre a mesma - construção de novas unidades prisionais. Esse tem sido o discurso do secretário Lourival Go-

mes, nas solenidades de inauguração de novas unidades.

A previsão é de que o governo construa 49 unidades, com geração de 39 mil vagas. Na região de Serra Azul, foi inaugurado o Centro de Detenção Provisória de Pontal e o Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis, com 1.048 vagas para o regime semi-aberto.

"No entanto, parece que o governo não entende que construir unidades prisionais é apenas um paliativo para o problema. O sistema penitenciário paulista só vai mudar quando o governo investir em ações preventivas, quando passar a enxergar os problemas sociais que levam a violência e buscar uma solução para os mesmos", afirmou o presidente do SINDCOP.

Segundo ele, se isso não ocorrer com urgência, em breve, teremos mais prisões do que escolas, hospitais e outros equipamentos públicos.

"São os próprios números apresentados pelo governo que demonstram isso. A população de presos do Estado já ultrapassa 200 mil detentos e esse número cresce a cada minuto", concluiu o sindicalista.

direitos dos servidores

Indenização por morte ou invalidez é regulamentada

Foi regulamentada a lei que trata sobre o pagamento de indenização por morte ou invalidez e a contratação de seguro de vida em grupo de servidores. Com a regulamentação, o teto pago a família de servidores mortos passa de R\$ 100 mil para R\$ 200 mil.

O Decreto 59.532, que regulamentou a Lei 14.984, foi publicado no Diário Oficial do Estado no dia 14 de setembro.

Entre os beneficiados pela medida estão, policiais militares, civis e técnico-científicos e agentes penitenciários. No caso de morte, o governo do Estado adotará as providências necessárias à identificação dos herdeiros ou sucessores do servidor falecido e fará diligências para a obtenção de documentos.

O novo valor das indenizações, aprovada na Assembleia Legislativa, em abril deste ano, retroage para casos ocorridos a partir de janeiro de 2012. O decreto prevê uma investigação preliminar instaurada pela respectiva secretaria a qual o funcionário esteja atrelado.

Se a apuração preliminar constatar que a morte ou a invalidez aconteceram em serviço, no deslocamento ao trabalho ou ainda nas folgas, mas em razão da função pública,



o processo terá continuidade. Também deve ser descartada qualquer conduta ilícita do servidor.

Nos casos de invalidez parcial, o valor levará em conta o grau de comprometimento da capacidade de trabalho, de acordo com a tabela de cálculo da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Ainda será analisada a existência de seguros contratados para os casos de morte ou invalidez. Neste caso, a indenização cobrirá a diferença, se houver, em relação à quantia recebida pelo servidor (em caso de invalidez) ou pelo beneficiário.

Para cumprirem o decreto, que começa a valer a partir da publicação, os secretários poderão criar, ainda, normas complementares, por meio de resolução.

Detalhes da regulamentação

- Invalidez: Além de estabelecer as hipóteses do caso e conduta dos policiais e servidores, em casos de invalidez, a apuração preliminar vai identificar o grau de comprometimento

da capacidade de trabalho do funcionário;

- Órgão médico: Só irá se pronunciar se a conclusão do processo depender de conhecimento especial técnico;

- Órgão jurídico: Se pronunciará sobre os documentos colhidos durante a apuração, que dizem respeito aos sucessores dos policiais e servidores ou à cobertura de seguro;

- Valores: Em casos de morte ou invalidez permanente total, a indenização será de R\$ 200 mil. Caso haja invalidez permanente parcial, o valor levará em conta o grau de comprometimento da capacidade de trabalho de acordo com a tabela de cálculo da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP);

- Expediente à Secretaria da Fazenda: Os autos deverão conter instrumento de cessação de crédito; comunicação à seguradora para que seja feito o pagamento em favor da Fazenda do Estado; caso haja resistência da seguradora, o expediente deverá ser enviado à Procuradoria Geral do Estado.

SINDCOP faz parceria para que filiados façam aulas de Krav Maga em Pirajuí

Filiados do SINDCOP de Pirajuí e região podem fazer aulas de Krav Maga, na Academia R.H. Fitnes, inclusive aos domingos. A academia fica na Rua Voluntário Silvano de Lima, 538, centro. Informações pelo telefone (14)99650-7680.

A oferta de aulas faz parte de uma parceria entre o SINDCOP, o mestre Raimundo Nonato e o instrutor Bueno que ministram aulas de Krav Maga. As aulas são as terças-feiras a partir das 17h, às sextas-feiras a partir das 18h30 e aos domingos a partir da 10h. A primeira aula é gratuita.

O Krav Maga é uma luta israelense que revela um caminho que permite a pessoa exercer o direito à vida, mesmo em cenário violento. É a única luta reconhecida mundialmente como arte de defesa pessoal e não como arte marcial.



Todos os movimentos do Krav Maga são conforme a motricidade do corpo humano; são simples e facilitam a ativação de uma reação em situação de perigo e surpresa.

Não há regras ou competições, pois a técnica visa à legítima defesa em situações de perigo. São usadas respostas simples, rápidas e objetivas

para situações de violência diárias para o cidadão comum se defender.

A prática do Krav Maga independe de condicionamento físico, idade ou sexo. Com origem militar, sua aplicação nas forças de segurança é adotada por corporações mundiais devido sua eficiência em combate.

SINDCOP participa de grupo de trabalho que está discutindo o sistema prisional em Brasília



Vice-presidente do SINDCOP, Carlos Roberto Romacho, na reunião do GT, em Brasília.

A diretoria do SINDCOP está participando do Grupo de Trabalho (GT) que vai apresentar propostas para melhoria do sistema prisional nacional. O GT é regulamentado por uma portaria do Ministério da Justiça e coordenado pelo Departamento Penitenciário Nacional. Os trabalhos do grupo ocorrem em Brasília e tem sido acompanhados pelo vice-presidente do SINDCOP Carlos Roberto Romacho, que representa a entidade nos debates.

O grupo tem a missão de promover políticas públicas para melhoria do sistema prisional por meio de estudo de propostas quanto à identidade profissional, processos de trabalho,

carreira, regulamentação, estratégias de reconhecimento e formação dos agentes penitenciários, bem como no que tange às contribuições da categoria para o sistema prisional e para as políticas públicas no Brasil.

Entre os temas que serão discutidos estão: Identidade e Atribuições dos Agentes Penitenciários; Agentes Prisionais Brasileiros e Gestão Prisional.

Participam das discussões especialistas e representantes de órgãos e instituições governamentais ou não-governamentais.

O GT terá o prazo de noventa dias para a conclusão de suas atividades. A participação no grupo é voluntária e considerada serviço público relevante.

SINDCOP questiona Davi Zaia sobre solução para problemas do atendimento do lamspe



Presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto, o secretário da Gestão Pública, Davi Zaia, e o vice-presidente do SINDCOP, Carlos Roberto Romacho.

A situação caótica do lamspe em Bauru foi denunciada pelo vice-presidente do SINDCOP, Carlos Roberto Romacho, numa plenária da CCM (Comissão Consultiva Mista) do lamspe, realizada em São Paulo, no último dia 26 de setembro. No mesmo dia, diretores do SINDCOP participaram de uma reunião com o secretário da Gestão Pública, Davi Zaia.

Romacho pediu providências para sanar os problemas que envolvem a falta de credenciamento de hospital para internação e procedimentos hospitalares, na região de Bauru, que prejudica milhares de servidores públicos.

Ele lembrou que o governo do Estado havia garan-

tido que a situação estaria normalizada em setembro, porém isso não ocorreu, e também não existe previsão para normalizar a situação. Segundo ele, o SINDCOP está estudando a possibilidade de tomar uma medida jurídica para forçar o Estado a assumir com sua responsabilidade.

No período da tarde, Romacho e o presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto, estiveram reunidos com Davi Zaia.

Na ocasião, eles cobraram do secretário mais empenho do governo para solucionar os problemas do atendimento do lamspe lembrando que a administração do instituto é de responsabilidade daquela secretaria.

direitos dos servidores

SINDCOP vai apresentar à SAP projeto de reestruturação de carreira de ASPs

O SINDCOP vai apresentar um projeto de reestruturação de carreira para ASPs, para a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP). O projeto foi solicitado pelo secretário, Lourival Gomes, como alternativa ao projeto apresentado pelo Sindasp.

O projeto do Sindasp contém algumas reivindicações que, segundo o secretário, são difíceis de serem atendidas pelo governo.

Por esse motivo, Gomes abriu espaço para apresentação de um projeto alternativo. O projeto será feito pelo Departamento Jurídico do SINDCOP e entregue à SAP ainda em outubro.

A decisão foi tomada durante reunião, ocorrida no dia 8 de outubro, na SAP.

Participaram da reunião

representantes do SINDCOP, do Sindasp e do Sindesp. A reunião foi solicitada pelo secretário da Casa Civil, Edson Aparecido, uma semana antes.

"A decisão não depende da SAP. Quando os projetos forem entregues vamos nos reunir com as demais secretarias para discutir o assunto.", disse Gomes.

Segundo ele, a promoção de carreira de ASPs é longa e a do AEVP mais curta. Por isso, no projeto de reestruturação de carreiras a previsão é de que seja aumentado um nível da carreira de AEVP e a redução de, pelo menos, uma da carreira de ASPs.

O secretário não discutiu outros itens da campanha salarial. Segundo ele a reunião seria focada na redução de classes.



Da esquerda para a direita, Luiz Carlos Catirse secretário-adjunto da SAP, Amador Donizete Valero chefe de gabinete, Antonio Pereira presidente do Sindesp, Daniel Grandolfo presidente do Sindasp, Diretor Técnico de Departamento do DRHU, José Benedito da Silva, secretário da SAP, Lourival Gomes, presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto e Cícero Felix.

Sindicato cobra itens da campanha salarial de secretário da Casa Civil



Diretores do SINDCOP participaram no dia 30 de setembro, de uma reunião com o secretário estadual da Casa Civil da Casa Civil, Edson Aparecido. A reunião foi marcada para discutir itens da pauta da campanha salarial.

Participaram da reunião o presidente e o vice-presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto e Carlos Roberto Romacho, respectivamente.

Na ocasião, o secretário telefonou para Lourival Gomes, secretário da Administração Penitenciária (SAP)

para solicitar uma reunião entre Gomes e sindicalistas que estão negociando a pauta unificada da categoria. A reunião foi agendada para o dia 8 de outubro.

O presidente do Sindasp, Daniel Grandolfo, que cobrou do secretário a diminuição de classes dos servidores penitenciários, passando de oito para seis classes.

No entanto, o secretário não quis tratar sobre o assunto, alegando que não poderia tomar nenhuma decisão a respeito por se tratar de competência de outra secretaria.

SINDCOP ganha ação que computa licença e abono à aposentadoria

O SINDCOP ganhou na Justiça, por meio de ação coletiva, o direito de filiados terem seus afastamentos para tratamento de saúde e licenças médicas computadas para fins de abono de permanência e aposentadoria.

A decisão judicial, em 1ª instância, foi dada no mês de setembro e constou numa ação proposta pelo Departamento Jurídico da entidade.

O Departamento Jurídico do Sindicato impetrou mandado de segurança com pedido de liminar, contra o ato do coordenador da Unidade Central de Recursos Humanos da Secretaria de Gestão Pública.

Na ação, o jurídico alegou



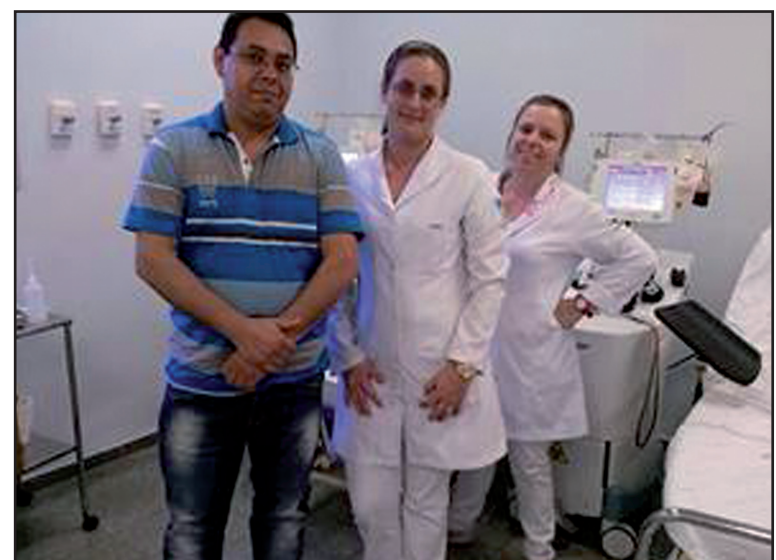
que o Comunicado UCRH 03/2013, desconsiderou como tempo de efetivo exercício, o período em que os servidores ficaram afastados em licença para tratamento de sua saúde e faltas médicas, para fins de abono de permanência em serviço. A liminar foi indeferida, mas o mérito da ação foi julgado procedente e os filiados conquistaram seus direitos.

Diretor da subsede de Serrana incentiva doação de sangue

Doar sangue é mais que um ato de solidariedade, é uma forma de demonstrar amor ao próximo e de salvar vidas. Servidores do sistema penitenciário que fazem a doação têm direito a um dia de folga, sem desconto nos salários. A doação precisa ser comprovada.

O sangue dura apenas 42 dias em estoque. Em todos os hemonúcleos a necessidade de doações é muito grande. Por isso, o SINDCOP incentiva servidores a fazer doações. O diretor da entidade, Carlos Neves, dá o exemplo. Ele é doador frequente e diz que se orgulha de estar ajudando a salvar vidas.

Além de folgas, futuramente, doadores de sangue poderão se beneficiar nos concursos públicos. Tramita na Câmara Federal o Projeto de Lei 2474/11, que inclui como fator de desempate em



Diretor Carlos Neves da subsede de Serrana e enfermeiras do Hemonúcleo

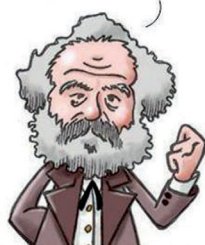
concurso público a doação regular de sangue. Pela proposta, considera-se doador regular aquele que realizar, no mínimo, três doações por ano.

Segundo o projeto, o candidato deverá apresentar o comprovante de doador no ato da inscrição do concurso público. O projeto também prevê que o candidato impossibilitado por razões clínicas de ser doador tem direito a atestar sua condição recebendo o mesmo benefício destinado ao doador regular.

A classe trabalhadora tem que aprender que seu poder não está necessariamente na força do voto...



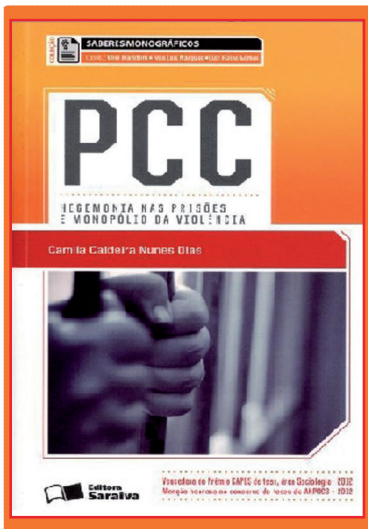
Mas na capacidade de PARAR a produção.



FILIE-SE!

servidor penitenciário

Livro trata sobre processo de expansão e consolidação do PCC



O vertiginoso aumento das rebeliões, assassinatos, fugas e resgates de detentos em meados dos anos 1990 sinalizava que transformações estavam em curso nas prisões paulistas.

Apesar disso, o governo estadual apenas tardiamente reconheceria a existência da organização de presos autodenominada Primeiro Comando da Capital (PCC).

Este livro reconstitui o processo de expansão e consolidação do PCC nas prisões de São Paulo, analisando sua atual estrutura e seu funcionamento.

A descentralização do comando e a disseminação dos debates e das formas alternativas de punição produziram uma drástica redução dos homicídios – o mais intrigante e controverso efeito da hegemonia do PCC no mundo do crime.

Contudo, a “pacificação” é dependente da manutenção de um frágil equilíbrio entre as forças de segurança do Estado, passível de ser rompido a qualquer momento. Na precariedade desse equilíbrio está a explicação da escalada da violência em São Paulo, observada nos últimos anos.



Enfim, alguém se lembrou da importância dos servidores penitenciários

"O agente penitenciário tem que ser valorizado à altura do que lhe é cobrado". A afirmação é da secretária de Direitos Humanos da Presidência da República, Deise Benedito e foi feita no último dia 2 de setembro, durante um debate sobre o sistema prisional.

Ao comentar a atuação desses profissionais nos presídios superlotados, Deise frisou que não é possível conceber que um único agente cuide de 100 ou 150 pessoas. "Nessas condições", observou, "os profissionais não têm como desempenhar sua função".

A representante do governo lembrou ainda que, em muitos casos, presos e agentes

penitenciários convivem em prisões que são como "pocilgas".

"O preso, o agente penitenciário e o diretor do presídio têm a mesma dignidade. Todos têm que ser valorizados, pois assim é possível fazer prevalecer os direitos humanos", disse ela.

Segundo a secretária, para que as prisões brasileiras sejam humanizadas, tem-se que valorizar e humanizar não somente os presos, mas também quem cuida deles.

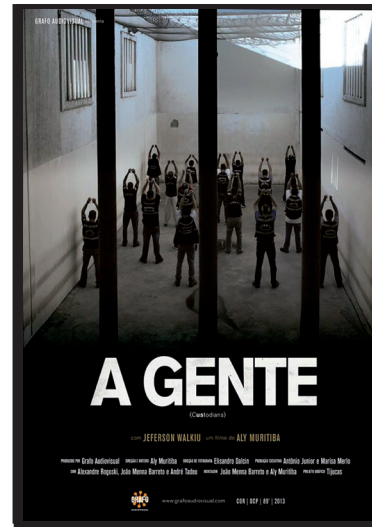
"O sistema prisional é um modelo esgotado, no qual a pessoa é presa, reincide no crime e não sai desse círculo vicioso. Por isso, é preciso avaliar quais são as medidas alternativas em relação à pri-

são. Que modelo de sociedade nós queremos em relação à apreensão ao ato delitivo criminal?", questionou.

A secretária também falou sobre a influência dos meios de comunicação. Ela afirmou que a Justiça muitas vezes é pressionada a atender uma demanda midiática. E que é comum um caso ganhar tamanha proporção em jornais e telejornais, que quem faz o julgamento não é o juiz, mas a mídia.

"Há bons profissionais na mídia. Mas há maus profissionais que vivem da audiência e incitam à violência. Dizem: Tem que bater! Tem que matar. É preciso cuidado com o que se fala e como se fala", disse.

Filme mostra a dura realidade do sistema penitenciário



Fique atento. Em 2014 será lançado o filme "A Gente", que trata sobre os problemas do sistema penitenciário. Dirigido por Aly Muritiba, o longa integrou a programação do Olhar de Cinema - Festival Internacional de Curitiba, neste ano.

O filme faz parte de uma trilogia feita por um ex-agente penitenciário baiano, radicado em Curitiba. O primeiro filme é um curta chamado "A Fábrica" que já foi apresentado em 100 festivais e recebeu 62 prêmios. O segundo, "O Pátio", foi um dos dois únicos representantes brasileiros em Cannes, este ano.

O trabalho é resultado da experiência profissional de Muritiba, que saiu do interior da Bahia, foi tentar a sorte em São Paulo, estudou História na USP e acabou morando em Curitiba e entrou na carreira de agente penitenciário por acaso.

Depois de trabalhar sete anos no sistema penitenciário paranaense, realizou o sonho de se tornar cineasta e pediu afastamento não remunerado para fazer seus filmes. Mas, para realizar "A Gente", pediu reintegração.

Os colegas de trabalho que estiveram na primeira sessão do filme se emocionaram ao rever situações tensas.

Sem traço de sensacionalismo, "A Gente" retrata sem piedade um sistema carcerário superlotado, carente de recursos e sem proposta realista de ressocialização dos detentos.

Os agentes aparecem com seus nomes reais, em situações ora verdadeiras ora encenadas. O "ator" principal é Jefferson Walkiu que, na vida civil, é também pastor protestante e na época das gravações era chefe de inspetoria da equipe Alfa num presídio de São José dos Pinhais.

Falta de vontade política emperra atendimento do lamspe em Bauru



Diretor do SINDCOP, João Offerni Primo durante a audiência do lamspe

Os problemas das consultas e interações de usuários do lamspe, em Bauru, continuam sem solução. Cerca de 80 mil servidores estão sem atendimento há mais de quatro meses.

Até o momento não foi feita nenhuma sinalização sobre a assinatura do contrato que deveria ser feito entre o instituto e a Famesp (Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar) para que os servidores fossem atendidos no Hospital de Base de Bauru.

Durante audiência pública realizada em agosto, na Câmara de Vereadores de Bauru, a falta de vontade política foi apontada

como a causa que impede a resolução dos problemas de atendimento do lamspe.

"A falta de vontade política está presente em todas as manifestações feitas sobre o lamspe. É preciso comprometimento de vereadores e deputados, principalmente no momento de votar o orçamento do Estado, em dezembro. É preciso pressão e acompanhamento real do problema", afirmou o presidente da CCM (Comissão Consultiva Mista) do lamspe Sylvio Micelli, durante a audiência.

Os debates foram acompanhados pelos diretores do SINDCOP João Offerni Primo

e a psicóloga Vânia Regina de Souza Pereira.

Os servidores estão sem atendimento desde que o lamspe encerrou o contrato com a Associação Hospitalar de Bauru, que garantia o atendimento de servidores públicos pelo Hospital de Base. Depois que o contrato foi encerrado os serviços passaram a ser prestados pelo Prontocor, porém o hospital foi vendido ao grupo São Lucas e o atendimento foi suspenso.

Na audiência a representante do DECAM, Silvia Justo, afirmou que até o mês de setembro o problema estaria resolvido, mas isso não ocorreu.



política do PSDB

PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO JÁ COMEÇOU



O governo do Estado e a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) deram os primeiros sinais de uma possível "privatização" do sistema penitenciário. Neste mês, a SAP informou que irá lançar o edital de Parceria Público-Privada (PPP) para a construção de três complexos penitenciários, que abrigarão 10,5 mil presos. Os presídios serão construídos pela iniciativa privada, que também administrará os complexos.

Em entrevista concedida à assessoria de imprensa do SINDCOP, o secretário da Administração Penitenciária Lourival Gomes negou tratar-se de uma "privatização" do sistema.

"Não é privatização. É a busca de uma solução para o problema carcerário da região metropolitana de São Paulo, onde falta áreas no entorno da capital para construir novos presídios. Ampliamos a região para raio de 100 km. A PPP vai atender apenas a demanda da capital e dessa região", afirmou o secretário.

Conforme ele, outro

motivo que levou o governo a tomar a decisão é o grande número de pedidos de transferências de funcionários que querem sair da Capital para trabalhar no interior.

"Quando abrimos concurso a participação maciça é de pessoas de cidades do interior. Existem prisões em São Paulo que o quadro é composto por 57% de profissionais do interior. São funcionários do interior que querem voltar para a região dele. Estamos transferindo para a PPP a responsabilidade de contratar pessoas treinadas, habilitadas para trabalhar no sistema prisional, mas que sejam de São Paulo", disse ele.

O projeto do governo é que os presídios sejam construídos e administrados pela iniciativa privada. Em troca, o Estado vai pagar um valor mensal às empresas durante o período da pena, além de se responsabilizar pela fiscalização do modelo. Estão previstas a abertura de 3,3 mil vagas para o regime semi-aberto e 7,2 mil no fechado. Os complexos terão unidades com capa-

cidade de 500 a 700 presos. O contrato deve durar de 27 a 33 anos. Depois, o equipamento ficará com o Estado.

Investimentos

O modelo de PPP para presídios é bastante controverso. A primeira penitenciária privada do país funciona em Ribeirão das Neves, em Minas Gerais. Os mineiros investiram R\$ 280 milhões para a construção de cinco unidades que vão receber 3.040 presos (R\$ 92 mil por preso). O Estado vai pagar ao consórcio vencedor R\$ 2,7 mil por preso, por mês, ao longo de 25 anos. Também há PPPs em Canoas, no Rio Grande do Sul, e em Itaquitinga, em Pernambuco, mas os presídios ainda não ficaram prontos.

No caso de São Paulo, ainda não há previsão dos valores a serem investidos. Segundo o secretário, no setor público, um presídio de 768 vagas custa de R\$ 37 milhões a 40 milhões (R\$ 52 mil por preso). O Estado gasta, em média, R\$ 1.350 por cada preso por mês.

"Os custos privados serão um pouco maiores porque haverá investimento em um novo projeto do prédio", diz Gomes. "A gestão será conjunta. Além de fiscalizar, o Estado vai definir os presos do local, afirmou o secretário.

Criticas ao projeto

A Defensoria Pública já se manifestou contra o modelo público-privado, alegando que a PPP traz graves problemas legais e políticos.

O defensor Patrick Cacicco, coordenador do Núcleo de Situação Carcerária, disse em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo, que o modelo é inconstitucional porque "é obrigação do Estado executar a pena do detento".

Mas o problema mais grave, para ele, é político. "A privatização do sistema transformam os presos em mercadoria", diz ele.

A esse respeito o secretário afirmou que nunca falou nada da Defensoria.

"Não aceito que a Defensoria fale sobre o sistema prisional. A Defensoria nos cri-

tica de fazer revista nas pessoas que vão visitar os presos. Isso é certo? Não tenho nada a dizer", concluiu.

A Pastoral Carcerária também critica a hipótese da privatização de prisões. Ao ser questionada sobre o projeto, a vice-coordenadora da Pastoral Carcerária, Petra Pfaller concordou com a afirmação da Defensoria.

Segundo ela, a privatização traria uma lógica comercial ao sistema prisional, "na qual se ganha um lucro enorme em cima dos presos".

"Já visitei prisões privatizadas. São aparentemente limpas e bonitas, mas a dignidade do ser humano é descartada", afirmou.

A privatização também é criticada por lideranças sindicais e pelo coronel Amauri Meireles, da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais.

Meireles emitiu sua opinião fazendo uma analogia entre o sistema prisional e a aviação.

"Alguém já viajou de avião com piloto terceirizado?", questionou.

Governo não explica como fica a situação dos servidores penitenciário com a privatização

Entidades que representam a categoria não foram consultadas sobre situação do servidor na privatização

No momento que em todo o Brasil algumas categorias lutam contra as terceirizações e privatizações de serviços, devemos receber com receio a proposta do governo de criar as PPPs no sistema penitenciário paulista. O SINDCOP é contra o projeto das PPPs. Afirma o presidente da entidade, Gilson Pimentel Barreto.

"Temos vários motivos para ser contrários, e, até agora, como sempre, o governo não chamou os representantes do servidores que trabalham no sistema para opinar sobre o assunto", afirma.

Segundo ele, o que se está propondo para o sistema penal é semelhante ao que foi feito com a Fundação Casa,

onde os trabalhadores, na maioria, são contratados em regime de CLT.

"Alertamos a categoria para que fique atenta. Afinal, os maiores prejudicados serão os servidores penitenciários", diz o presidente.

Conforme ele, esta em discussão, em Brasília, o Projeto de Lei (PL 3551/12), que estabelece entre as prerrogativas das carreiras típicas de Estado, o direito de não ser preso - salvo em flagrante de crime inafiançável - e o de não ser demitido por avaliação de desempenho ou por excesso de despesas com pessoal.

Atualmente, a Constituição prevê que qualquer funcionário público pode ser afastado do cargo nessas duas situações.



Esses dispositivos constitucionais motivaram o deputado João Dado (PDT-SP) a elaborar o projeto, por considerar que eles deixam os servidores públicos desprotegidos. "Começamos a ser demitidos, ou demissíveis, por avaliação de desempenho: critérios muitas vezes subjetivos. Começamos

a ser demissíveis por excesso de despesa com pessoal. Ao poder econômico, interessa fragilizar o Estado brasileiro, notadamente, por meio da supressão de direitos e da supressão de garantias exatamente dos servidores públicos que exercem funções exclusivas de Estado", afirma.



Se não lutarmos contra os demandas do governo hoje, amanhã poderá ser tarde para reclamar nossos direitos!

política sindical

"Quem não luta por seus direitos não é digno deles"

(Rui Barbosa)

Quando insistimos que a categoria precisa acordar e se unir para lutar por melhores salários e ambiente de trabalho é porque sabemos que a luta e a mobilização são os únicos caminhos para pressionar o governo. Um bom exemplo disso, é o reajuste salarial que o governo deu para policiais civis e delegados.

Enquanto os servidores penitenciários tiveram 7% de reajustes, delegados terão seus salários reajustados em até 25,7% de forma gradual, entre 2013 e 2014. Para investigadores e escrivães, o reajuste oscilará entre 8,5% e 18% em 2013 e entre 15% e 25,7% em 2014, seguindo a Lei do Nível Universitário, aprovada em 2008.

Estes companheiros só conseguiram um reajuste maior porque foram às ruas desmascarar o governo do PSDB e paralisaram suas

atividades. Eles sabem o quanto isso prejudica o partido em véspera de eleição.

Devido a inércia da nossa categoria, faltando apenas três meses para terminar 2013, não vemos nenhuma sinalização do governador Geraldo Alckmin para melhorar as condições do ambiente de trabalho e de ganhos reais para o servidor penitenciário.

Vamos acabar o ano apenas com a migalha de 7% de reajuste salarial, que não é nada diante das perdas salariais dos últimos anos.

Enquanto o governo neoliberal do PSDB ignora a necessidade de adequar o salário do servidor a realidade do país, os noticiários mostram uma economia preocupante.

Em julho as principais capitais brasileiras perderam 11 mil postos de trabalho o que indica uma ascensão do desemprego e que as coisas não estão tão bem como Alckmin diz, ao empurrar migalhas



boca abaixo do servidor.

No mês de setembro o IBGE anunciou que o consumidor sentiu os efeitos do aumento da inflação e também as restrições ao crédito. O aumento dos alimentos teve um peso importante, isso refletiu também na inadimplência e no baixo índice de confiança do consumidor, que foi fortemente influenciado pela alta da inflação e pela retomada do encarecimento do crédito e alta dos juros.

A inadimplência, em relação aos primeiros 6 meses de 2012, cresceu 5,20% e há uma estagnação no crescimen-

to industrial que vem acompanhada de uma queda nas vendas de produtos alimentícios da ordem de 0,8% ao mesmo tempo que acumula uma alta de 13,6% em 12 meses, 6,7% a mais que em 2012.

Isso demonstra uma desaceleração da economia que comprime o nível de emprego e renda (ainda com alta média de 1,4%) levando a que os trabalhadores a refazerem suas contas.

Apesar dos números, os servidores do sistema penitenciário permanecem tranquilos e parecem até satisfeitos com as migalhas do governo.

Por mais que os Sindicatos tentem mobilizar a categoria na busca de uma saída comum para os problemas, não encontra respaldo para mobilizações, haja vista o esvaziamento de assembleias e reuniões.

Enquanto milhares de brasileiros foram as ruas protestar e algumas categorias cruzaram os braços, os servidores penitenciários ficaram alheios as convocações de mobilização.

Muitos esquecem que não lutamos apenas por salários melhores, mas também pela melhoria do ambiente de trabalho que tem deixado muitos servidores com problemas mentais, entre outras doenças.

Queremos um atendimento de saúde digno para o servidor e sua família.

Lutamos também para sermos respeitados e não sermos usados pelas chefias como eles bem entendem.

Nossa pauta de reivindicação é extensa, mas poucos a conhecem. Estes só saberão exatamente o motivo de lutarmos quando chegar o tempo da aposentadoria. Mas aí, já será tarde para lutar.

O toma lá dá cá do PSDB

O governo do PSDB já deu o que tinha que dar, agora só está tomando. Esta na hora de dar um basta nos desmandos desse governo.

Enquanto servidores penitenciários de Brasília – Distrito Federal, conquistaram junto ao governo do PT, reajustes acima de R\$ 3 mil, escalonado até 2015, o PSDB de São Paulo concedeu míseros 7% de reajuste para a categoria e ainda tirou o vale-cozinha de alguns.

No Distrito Federal, servidores penitenciários ganham mais de R\$ 5 mil, por mês. No Sergipe, Estado menor que o de São Paulo, onde o governo também é do PT, o salário também é maior (R\$ 2966,00).

Além do reajuste e do salário vergonhosos, não temos inúmeras garantias e benefícios que são concedidas a servidores penitenciários de outros estados.

Também não existe nos outros estados a previsão, em lei, de redução de remuneração ou de proventos, como ocorre aqui.

Ao conceder o reajuste de 7%, Geraldo Alckmin eliminou o direito do vale-alimentação até do ASP II.

O governador Agnelo Queiroz, do PT, sancionou a lei 5.182, em 20 de setembro de 2013, em negociação com os valorosos companheiros do Distrito Federal e

reconheceu que o trabalho do servidor penitenciário é penoso e de risco, por isso diferenciado.

Já o PSDB pratica a política do toma lá dá cá e se nega a negociar com a categoria.

Lá no DF o governador criou a Gratificação por Habilitação em Atividades Penitenciárias – GHAP, exclusiva aos servidores penitenciários portadores de diplomas ou certificados obtidos mediante conclusão de cursos de graduação. Se o servidor for graduado ele recebe até 15% de GHAP, se tiver especialização a gratificação pode chegar a 25% e se tiver mestrado até 35% de seus proventos.

Também não podemos esquecer dos agentes penitenciários federais, que tem salários maiores que os demais servidores do Estado.

Aposentados e pensionistas

Para se ter uma ideia das diferenças entre o tratamento que o PT concede aos servidores em relação ao PSDB, basta analisar a Lei Complementar



13961, de 30 março de 2012, promulgada pelo o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro. Essa lei criou modificações na forma de aposentadoria dos agentes penitenciários daquele Estado.

Em apenas dois artigos a lei beneficiou aposentados e pensionistas gaúchos e regulamentou a aposentadoria especial dos servidores penitenciários.

A lei beneficia servidores penitenciários de todas as funções e ainda reconhece legalmente que a profissão pode ser considerada de risco, no

período de vinte anos.

Os proventos integrais de que trata essa lei, inclui os valores correspondentes à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, à época da concessão, bem como os reajustes salariais, a qualquer título concedidos aos servidores ativos, serão igualmente concedidos, nas mesmas datas e índices, aos servidores inativos, visando garantir a paridade salarial.

Além disso, os servidores tem o Quadro Especial de Servidores Penitenciários que

define cargos e salários composta por Agente Penitenciário; Agente Penitenciário Administrativo; Técnico Superior Penitenciário; Monitor Penitenciário e um regime jurídico único.

Aqui em São Paulo, no governo do PSDB não nos oferece nada.

A aposentadoria "especial" é uma ilusão e calculada pela média de 80% das maiores contribuições dos últimos 15 anos. Plano de carreira, nem pensar.

Por isso, quando o PSDB fala que está concedendo alguma coisa é preciso

ficar alerta para ver se na verdade não estamos perdendo (exemplo disso foi o vale-cozinha que muitos companheiros deixarão de receber).

Não estamos aqui para defender siglas partidárias, mas para chamar os servidores a reflexão.

Dizemos isso, para que todos conheçam quem reconhece e valoriza os servidores penitenciários.

E também para lembrar que 2014 é ano eleitoral e podemos responder nas urnas pelo descaso do governo.

conquistas para a categoria

Servidores penitenciários querem participar do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

O que é o SUSP?

O SUSP é um sistema criado para articular as ações federais, estaduais e municipais na área da segurança pública e da Justiça Criminal, sem interferir na autonomia dos estados ou da Polícia Civil ou Militar.

Trata-se de integração cujas instituições que farão parte dele são diversas e autônomas, cada uma cumprindo suas responsabilidades.

O sistema pretende evitar que as ações sejam pautadas apenas por tragédias, sem planejamento nem tempo para pensar em medidas estratégicas. O objetivo do SUSP é prevenir, criar meios para que seja possível analisar a realidade de cada episódio, planejar estratégias, identificar quais os métodos e mecanismos que serão usados.

Para participar do SUSP, o governador do estado assina um protocolo de intenções com o Ministério da Justiça, criando no estado um Comitê de Gestão Integrada, do qual fazem parte o secretário estadual de Segurança Pública, como coordenador, e mais representantes da Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Civil e guardas municipais.

Caberá a esse comitê definir de forma consensual as ações, principalmente no combate ao crime organizado (tráfico de drogas e de armas, contrabando, lavagem de dinheiro, pirataria). Todas as decisões do comitê estadual serão repassadas a um comitê gestor nacional

O sistema prevê a integração entre as polícias. Ou seja, policiais civis e militares vão frequentar a mesma academia e terão acesso à formação prática e teórica idêntica. O Governo Federal terá de tomar várias medidas na área de segurança pública para se adaptar ao sistema, como aumento de agentes, delegados e peritos e construção de presídios federais de segurança máxima.

O Encontro das Federações do Sistema Penitenciário, realizado de 31 de julho a 1º de agosto, em Campo Grande - Mato Grosso, trouxe a tona a discussão sobre o pré-projeto de lei do governo federal que prevê a criação do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública).

Segundo o presidente do SINDCOP e da Febrasp (Federação Brasileira dos Servidores Penitenciários), Gilson Pimentel Barreto, uma das conquistas do encontro foi a aprovação da proposta de incluir o sistema prisional no SUSP.

A inclusão dos servidores penitenciários no SUSP, em Brasília, consta num pré-projeto do deputado federal Efraim Filho. Atualmente, a proposta de criação do sistema está sendo debatida pelo Conasp (Conselho Nacional de Segurança Pública), onde também foi sugerido pelo conselheiro representante dos agentes penitenciários, Augusto Coutinho, a inclusão do sistema penitenciário.

Além do debate sobre



o SUSP o encontro de Mato Grosso discutiu a necessidade da organização e unificação nacional das lutas dos agentes penitenciários, o porte de arma, a regulamentação da profissão do agente penitenciário, aposentadoria especial, a necessidade de maior atenção das autoridades públicas para aos problemas enfrentados pelo sistema prisional e pelos trabalhadores e a aproximação do servidores penitenciários do Conasp.

Na conclusão do evento,

foram feitos vários encaminhamentos, entre eles: unificação nacional das pautas de reivindicação, articulação conjunta, organização de uma frente de trabalho no Congresso Nacional e outra nos Ministérios de governo, construção de uma agenda permanente com o Ministério da Justiça, intensificação dos trabalhos em Brasília no retorno do recesso parlamentar, criação de um grupo de trabalho para atuar junto ao relator do projeto do SUSP, e manifestações, em Brasília.

PEC 308 e Porte de Armas: não vamos desistir da luta!

A luta pela PEC 308 (que prevê a criação da Polícia Penal) e do porte de armas fora de serviço continua sendo as principais bandeiras do SINDCOP, em Brasília. O presidente da entidade e da Febrasp (Federação Nacional dos Servidores Penitenciários) Gilson Pimentel Barreto, tem acompanhado na Capital Federal os debates sobre os temas.

Conforme o presidente, no início de setembro os dois assuntos voltaram a gerar polêmica causando divergências entre a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e a Pastoral Carcerária. O debate foi conduzido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

O presidente explicou que o porte de arma fora de serviço já foi aprovado pelo Congresso (PLC 87/2011), mas acabou vetado pela presidente Dilma Rousseff.

Na justificativa do veto, o governo afirma que tanto o Ministério da Justiça quanto a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República opinaram contra o porte, argumentando que "a ampliação do porte de arma fora de serviço implica maior quantidade de armas de fogo em circulação, na contramão da política nacional de combate à violência e em afronta ao Estatuto do De-

sarmamento".

Segundo o presidente, mesmo assim, tanto o SINDCOP como a Febrasp continuarão defendendo o porte de arma.

"Não podemos ignorar o grande número de servidores que perderam a vida sem poder se defender e que foram vítimas do crime organizado. Isso seria uma deslealdade", disse Barreto.

Polícia penal

Outro ponto polêmico durante o debate no Senado é a proposta de emenda à Constituição que cria as polícias penitenciárias (PEC 308/2004).

Num debate ocorrido no Senado, ao defender a PEC, Amauri Meireles, coronel da reserva da Polícia Militar de Minas Gerais, argumentou que a medida garantiria maior profissionalismo no sistema prisional.

Segundo Amauri, a polícia penal seria dividida em dois ramos: um responsável pela custódia dos presos e outro formado por um corpo técnico responsável pela ressocialização dos presos.

"Com isso, teremos profissionalização das atividades e modernização tecnológica. É o que falta", afirmou.

Governador coloca mordaza em sindicatos



O governador Geraldo Alckmin, por meio da Procuradoria Geral do Estado, requereu a Justiça que aplique multa de R\$ 100 mil contra Sindicatos, que representam servidores públicos, que entrarem em greve. Esta não é a primeira vez que o governo usa dessa estratégia para impedir manifestações de servidores. O mesmo já ocorreu com o SINDCOP e outras entidades.

O pedido de cobrança de multa foi feito em setem-

bro, no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, durante a audiência de conciliação de Dissídio Coletivo proposta pelo Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo (Sipesp).

"O servidor pode estar impedido de fazer greve, mas não de pensar e de expressar suas ideias. Também não está impedido de na hora de votar mostrar sua indignação", afirmou o presidente do SINDCOP, Gilson Pimentel Barreto.

Anteprojeto busca restringir direito de greve no serviço público

O relator da Comissão Mista de Consolidação de Leis e Dispositivos Constitucionais, senador Romero Jucá (PMDB/RR), apresentou no último dia 19 de setembro, anteprojeto que trata do direito de greve no serviço público.

Os pontos mais polêmicos do texto tratam da suspensão da remuneração nos dias não trabalhados e prévia comunicação, com 15 dias de antecedência, sobre a paralisação. Além disso, o anteprojeto determina que ao menos 50% dos servidores públicos terão que continuar trabalhando em caso de greve do funcionalismo, independentemente do setor que atuem.

De acordo com Jucá, o

texto apresentado ainda é uma minuta de projeto e deverá sofrer modificações por meio de sugestões da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de centrais sindicais e de sindicatos. Enquanto a negociação coletiva vai caindo no esquecimento do governo, fica cada dia mais evidente o risco que correm os servidores públicos com relação ao direito de greve, que tende a ser restringido ou até mesmo anulado.

O Diretor de Assuntos do Poder Legislativo da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil (CSPB), Dulcemar Galdino Delgado, acredita que "o Congresso Nacional, infelizmente, nunca trabalhou em prol do cidadão brasileiro.

Eles legislam em causa própria. Haja vista que até hoje não regulamentaram o direito de greve dos servidores públicos, uma luta de 25 anos. As modificações sugeridas às leis existentes, quase sempre são em desfavor dos trabalhadores do serviço público e dada iniciativa privada.

Os servidores públicos devem revisar sua estratégia de colocar mais parlamentares e representantes nas esferas políticas. Este me parece o melhor caminho para não enfrentar as enormes dificuldades que hoje enfrentamos para o atendimento das nossas reivindicações no Congresso Nacional, e nas demais instâncias governamentais", disse.

política sindical

MP de porte de armas pode ser derrubada

A aprovação da Medida Provisória 615/13, ocorrida em setembro, ainda não é o fim da luta pela regularização do porte de armas fora de serviço para servidores penitenciários. Segundo o vice-presidente do SINDCOP, Carlos Roberto Romacho, a MP pode ser vetada. Se isso ocorrer, servidores penitenciários voltarão a se mobilizar para tentar aprovar a PEC 87/2011, que trata sobre o mesmo tema.

A aprovação da MP foi feita pelo Plenário do Senado Federal. Ela concede autorização para os agentes penitenciários de todo o país portarem arma fora de serviço.

Alguns senadores tentaram apresentar destaques para modificar o texto, mas acabaram persuadidos pelas lideranças da base governista a retirar os pedidos de votação em separado.

Caso a MP sofresse alteração no Senado, teria que retornar à Câmara – o que “seria inútil”, na avaliação do presidente Renan Calheiros, pois a MP venceria no dia 16 de setembro e a Câmara não teria tempo para analisar as mudanças.

Portanto, foi mantido o texto que veio da Câmara, com as modificações aprovadas pelos deputados. Eles retiraram da MP vários temas,



que tinham sido acrescentados pelo relator, senador Gim (PTB-DF). Entre os temas do texto que foi mantido está o porte de arma para agentes penitenciários fora de serviço.

Conquistas

Na falta de uma decisão final sobre o assunto, algumas atitudes isoladas em vários estados têm garantido aos servidores penitenciários o porte de armas fora de serviço.

No último dia 26 de agosto, uma portaria da diretoria do Sistema Penitenciário Federal, órgão do Ministério da Justiça, autorizou diretores das Penitenciárias Federais a promover o acautelamento, mediante portaria interna, de arma

de fogo, tipo pistola, calibre.40. A portaria nº 246 foi publicada no Diário Oficial da União.

No último dia 11 de setembro, uma decisão publicada no Diário Oficial da Justiça do Acre, assinada pelo magistrado Gilberto Matos de Araújo, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco, tornou pública a absolvição de um agente penitenciário acreano, acusado de porte ilegal de arma de fogo. Conforme decisão da Justiça, embora o acusado tinha sido flagrado portando arma de fogo, não havia como condená-lo pela prática do delito pois ele comprovou, por meio dos documentos, possuir autorização do Iapen (Instituto

de Administração Penitenciária) para o porte de arma.

Isto porque, um portaria (82/2010), expedida pelo Iapen, afirma que “o agente penitenciário, ao portar arma de fogo fora do serviço, em locais públicos ou onde haja aglomeração de pessoas, deverá fazê-lo de forma discreta, visando evitar constrangimento a terceiros”, em obediência ao Estatuto do Desarmamento e ao Decreto nº 5.123/2004 que o regulamentou.

A Justiça entendeu que a Portaria nº 82/2010, do então diretor-presidente do Iapen, era válida e salientou que a mesma não extrapola os limites definidos pelo legislador federal.

Aposentadoria compulsória no serviço público

Esta para ser votado pelo Senado a Proposta de Emenda à Constituição (PEC 457/05), que aumenta de 70 para 75 anos a idade de aposentadoria compulsória no serviço público, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

O substitutivo da comissão especial que analisou a matéria foi aprovado em junho de 2006 e, desde então, a PEC entrou várias vezes na pauta do Plenário, mas não pôde ser votada por motivos diversos, desde trancamento de pauta a falta de acordo.

A (PEC) 457/05 é de autoria do Senado. A proposta será examinada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Ser for admitida, uma comissão especial

será formada para analisar o mérito da proposta. A última tentativa de votação ocorreu no dia 24 de setembro.

Atualmente, a Constituição Federal estabelece os 70 anos como limite de idade para a permanência dos servidores na ativa.

A modificação no limite de idade para servidores titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios será regulamentada por lei complementar.

Conforme o autor da proposta, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o aumento da expectativa de vida dos brasileiros para 68 anos desequilibrou a proporção entre trabalhadores ativos e inativos e justifica a modificação.

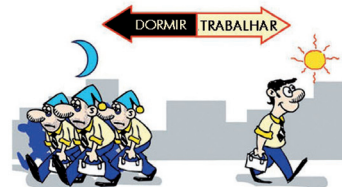


Segundo os senadores que assinaram a proposição, “vários trabalhadores acima dos 70 anos mantêm plena a sua capacidade produtiva”.

Além disso, dizem os

apoiadores da proposta, a permanência no serviço público dessa força de trabalho diminuirá o número de aposentados precoces que migram para a iniciativa privada.

Comissão aprova adicional noturno para servidores de segurança pública



A comissão especial da PEC 339/09 aprovou no último dia 24 de setembro a garantia do pagamento de adicional noturno aos integrantes dos órgãos de segurança pública.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC 339/09), do deputado Vicentinho (PT-SP), recebeu substitutivo do deputado Manoel Júnior (PMDB-PB).

O relator excluiu a referência exclusiva às forças policiais, permitindo que todos os servidores que recebem subsídios, tenham direito a outros adicionais ou gratificações.

Além dos agentes políticos e integrantes do Judiciário, também os policiais recebem subsídio. É proibido conceder a essas pessoas aumentos disfarçados de vantagens, mas o relator explicou que não é proibido pagar verbas a que tenham direito como o adicional noturno. O relator lembra que os trabalhadores já conquistaram esses direitos constitucionalmente. “Além do adicional noturno, todas as outras vantagens, que o servidor, mesmo tendo sua remuneração pautada em subsídio, está merecedor e garantido na própria Constituição.”

A Constituição garante esse benefício a todos os trabalhadores rurais e urbanos e servidores públicos, exceto para policiais militares, bombeiros militares e integrantes dos órgãos de segurança pública. Para alterar essa legislação, é necessária a aprovação de uma emenda à Constituição.

Mobilização

O deputado Vicentinho alertou que é preciso que os policiais se mantenham mobilizados para apoiar a aprovação da proposta. Ele admite que os governadores podem reclamar de aumento de custos, mas acredita que a proposta corrige uma injustiça.

“Eles poderão argumentar aumento de custo e dificultar a aprovação de projetos. É um caso de Justiça. Não é um aumento de qualquer maneira para a pessoa ficar apenas passeando. É porque trabalha à noite. Só vai ganhar quem trabalha à noite. Não é todo dia, não é toda hora.”

A proposta ainda terá de ser votada duas vezes pelo Plenário da Câmara e duas pelo Senado.

**NÃO FIQUE SÓ
FIQUE SÓCIO!
sindicalize-se**

